

**Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [CNDM]**

No dia trinta de setembro de dois mil e quinze, por convocação da Presidenta do CNDM, ministra **Eleonora Menicucci**, realizou-se a terceira Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), na sala de reunião da Secretaria de Política para as Mulheres/SPM. Teve como pauta uma análise da conjuntura política no país e no governo da Presidenta Dilma despontando em cortes de ministérios, devido aos problemas financeiros. A lista de presença consta no anexo nº 01. A ministra **Eleonora Menicucci**, abriu a reunião agradecendo a presença das pessoas presentes e justificando as ausências de **Maria Aparecida Schumacher/AMB**; **Justina Inês Cima/MMC**; **Rosimere Maria Vieira Teles/UMIAB**; **Carmem Simone Grilo Diniz/ABRASCO**; **Ivânia Pereira da Silva Teles/CTB**; **Isis Tavares Neves/CNTE**; **Sueli Maria de Fátima Santos/FENATRAD**; **Jacqueline Pitanguy/Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de Gênero** e **Clara Charf/Conselheira Emérita**. Informou que a convocação da reunião se deu pelo fato de informar sobre o inevitável processo de mudança administrativa do governo da presidenta Dilma. E esclareceu que ainda não tinha uma informação definitiva sobre a permanência ou não da SPM nos moldes atuais, de ministérios. Referiu que a conjuntura política no Brasil tem se agravado, potencializada pela desfavoráveis condições financeiras, levando o país a uma grave instabilidade institucional. Está em curso no Congresso Nacional, um processo para tirar do poder a coligação popular, desencadeando uma instabilidade institucional muito grande. O TCU e TCE que já haviam aprovado as contas da campanha do primeiro mandato da presidenta Dilma, estão trazendo à tona para novamente serem apreciadas, por conta da denúncia do uso das “pedaladas”, prática usadas pelos governos anteriores. Além da acirrada denúncia por parte da mídia, do número de ministérios existentes nos governos do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma levando a gastos altos e desnecessários. Os contrários ao seu governo utilizam-se diuturnamente dos meios de comunicação para divulgar as “pedaladas” como se fosse uma estratégia exclusiva do governo Dilma, fazendo com que a popularidade dela caísse vertiginosamente para o nível de 10% de aprovação. Diante do quadro político que se apresenta e das pressões daí decorrentes, a saída encontrada é diminuir o número de ministérios. Disse que a presidenta resistiu bravamente à possibilidade de redução das três secretarias (SPM, SEPIR e de Direitos Humanos). Nesse momento, fez uma distinção entre o que seja “fundir” que seria imiscuir com a perda das identidades e “junção” que seria juntar as três secretaria num ministério sem perda de suas políticas específicas. Há um caminho de juntar as três secretarias, um desenho já está sendo feito. Deixou claro que a SPM não defende a junção, sua posição é que as três secretarias sejam mantidas, pois os orçamentos juntos não comprometam o quando financeiro do país. Em seguida abriu a palavra às conselheiras. **Rosane da Silva/CUT**; **Sonia Zerino/CNTI**; **Sheila Sabag/RNFS**; **Alessandra Lunas/CONTAG**; **Antônia Salgado/MAMA**; **Bruna Rocha/UNE**; **Silvana Conti/LBL**; **Lúcia Rincon/UBM**; **Rachel Moreno/RMM**; **Betânia Ávila/Notório Conhecimento das Questões de Gênero**; **Lídia Correia/CMB**; **Lourdes Simões/MMM**; **Jeanete Mazzeiro/FMM**; **Cláudia Dutra/MEC** e **Joana Pereira/MDA**; **Josanira Luz/ANMN**; **Matilde Ribeiro/Notório Conhecimento das Questões de Gênero**; **Silvana Veríssimo/FNMN**; **Karoline Chaves/ANL** e **Maria Gutenara/SDH**, todas as intervenções convergiram na defesa da democracia, pela permanência da presidenta Dilma e contra à junção das secretarias. Para Betânia Ávila, a manutenção da SPM significará a permanência irrevogável da presidenta Dilma, a primeira mulher à governar o país. A SPM é o coração do grande projeto contra o fundamentalismo e o patriarcado imprimidos na no país, ganhos que são inegociáveis. Ao final, as conselheiras da sociedade civil deliberaram pela edição de uma Nota do CNDM em defesa da manutenção

51 da SPM, conforme anexo nº 02. Nada mais havendo a tratar a ministra e presidenta do  
52 CNDM deu por encerrada a reunião. Ata elaborada pela coordenadora-geral do CNDM –  
53 Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos.